

Vera Rudge Werneck *

Aquêles que se preocupam com a educação adquirem o hábito de ver todos os problemas, todos os fatos da vida sob esse prisma.

É por esse motivo que tanto intriga e confunde a observação do papel e da contribuição dos meios de comunicação social para esse fim.

A escola, como instituição formalmente incumbida do processo educativo, atinge um número limitado de indivíduos. A atuação do jornal, do rádio e da televisão, como veículos da educação informal, se faz, no entanto, sobre esse número muitíssimas vezes multiplicado.

Não se pode, nos dias de hoje, considerar apenas a escola e suas dificuldades quando se pensa a questão da educação, deixando de lado os meios de comunicação social que, por atingirem um público muito mais vasto e por influírem diretamente na formação de uma visão do mundo, na constituição de usos e costumes, vão ter imensa responsabilidade e importância nessa área.

Partindo-se dessa constatação, pode-se refletir sobre as questões que dela decorrem.

A primeira seria sobre o preparo daqueles que vão ter a incumbência de educar. Exige-se do professor que vai ter contato com um número reduzido de alunos uma formação minuciosa e adequada, uma consciência da sua responsabilidade social, uma postura ética, ao mesmo tempo em que nenhuma preparação especificamente educacional é pedida àquele que vai ter em mãos os veículos da educação informal.

Outra questão que se impõe à reflexão diz respeito ao tão propalado dever e direito de informação. Tal afirmação, de tão repetida, adquiriu foro de dogma inquestionável.

É indiscutível o direito ao conhecimento da verdade, mas é famosa a pergunta: o que é exatamente a verdade? Poderá ela ser identificada com os depoimentos colhidos aqui e ali sobre determinados fatos ou com os testemunhos dados por personagens emocionalmente envolvidos ou sem o devido conhecimento de causa?

Por outro lado, percebe-se ser impossível abranger toda a verdade. A censura como seleção é sempre feita pelo órgão de informação ao escolher os assuntos e as notícias a serem transmitidas.

Pode ser que numa pequena vila de população muito reduzida as ocorrên-

cias diárias de interesse público sejam tão poucas que possam ser todas noticiadas de forma bastante correta e verdadeira. No entanto, numa grande cidade o número de acontecimentos públicos de um dia é de tal ordem que jamais poderiam ser transmitidos em toda a sua complexidade.

É então feita, pelos próprios meios de comunicação, uma seleção. Somente alguns fatos são noticiados, enquanto que outros, de igual ou maior importância, são abandonados. Não há, ao que parece, como ser de outro modo. Essa dificuldade decorre da própria limitação humana. É, todavia, necessário refletir-se sobre o fato de que essa escolha, essa seleção implica uma forma de censura que deve ser feita segundo um determinado critério claramente definido, que não pode ser o do maior escândalo ou o do que vai causar o impacto mais profundo.

Essa questão sobre o direito e o dever de informar leva fatalmente à reflexão sobre a dimensão ética dos veículos de comunicação social.

Vem a pergunta: pode-se defender o direito e o dever de transmitir a verdade independentemente do dever de não colaborar para a propagação do mal?

Nenhuma ação do homem é neutra e descompromissada com suas consequências. Não sendo possível trazer a público todos os acontecimentos de um dia, tendo-se forçosamente que fazer uma seleção sobre o que e o como transmitir as informações, é sendo os meios de comunicação social veículos informais de educação, caberia uma meditação sobre o dever e o direito que têm esses órgãos de dificultar, minimizar, diminuir a propagação do mal.

Pode-se já objetar dizendo ser o mal subjetivo, que esse posicionamento traria no seu bojo a ideia de censura, de um direcionamento previamente determinado por aqueles que detêm o poder etc... Sim, tais objeções procedem, são em certa medida válidas, é possível que aconteça essa violência no campo da informação, mas o fato é que ela já ocorre de maneira velada, não refletida, não controlada.

A censura é sempre feita como já se viu, pelo próprio processo de seleção dos informes a serem passados ao grande público.

Não havendo saída para essa situação, não se vai defender uma censura oficial feita pelo estado ou por alguma instituição representante de um segmento da sociedade, mas sim uma cons-

cientização do profissional da comunicação social de seu envolvimento com a educação da sociedade.

Sendo necessária essa seleção, essa escolha, por que não fazê-la de modo a que colabore com a educação, com a difusão do bem, do belo, do saudável e do útil? Por que não pautá-la pelo dever e direito de colaborar com a obra da educação que devem ter aqueles que detêm os meios que vão tão fortemente influir na constituição da hierarquia de valores e na cultura do povo?

O mal pode realmente ser subjetivo. O que se apresenta como mal para uns pode não ser assim entendido por outros. No entanto, é possível um consenso numa certa medida e é muito possível que o comunicador social tenha em mente essa questão. Que reflita sobre esse problema.

Não vale também a desculpa de que os meios de comunicação social apenas correspondem aos anseios de seu público, que sua atuação responde às expectativas determinadas pela pesquisa de opinião porque não se vai dar ao povo veneno ou se permitir uma prática antissocial se ele por ignorância ou doença mostrar ser essa a sua vontade.

Não existe o direito e muito menos o dever de se propagar o mal. Essa é uma questão ética em pauta na atualidade, quando a tecnologia permitiu a difusão da informação com uma rapidez e uma extensão anteriormente inimagináveis.

Assim como isolam-se zonas contaminadas, as doenças contagiosas ou qualquer substância química que possa representar perigo, pode-se perguntar se não seria também justificável que se isolassem determinados acontecimentos, não opiniões, fique bem claro, mas fatos, ocorrências que possam ser prejudiciais, perniciosas difundindo o mal por toda a sociedade. Em certos casos, falar no mal é difundir-lo, é fazer a sua propaganda.

Vive-se no momento uma época de impasse para a humanidade, em que se é obrigado a repensar problemas, a buscar novos rumos. Fórmulas antes eficazes já não satisfazem e se mostram insuficientes para as difíceis situações com que se depara o homem contemporâneo.

Nunca como agora a reflexão ética sobre as diversas situações da vida da humanidade se fez tão necessária.

* Professora da pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Petrópolis, professora da pós-Graduação em Filosofia da Universidade Gama Filho.